

### MESA DIRETORA

#### FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSI**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá  
Deputado Flamarion Portela  
Deputado Jalsler Renier  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Chicão da Silveira  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Remídio Monai

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Flamarion Portela

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Jânio Xingú  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Rodrigo Jucá

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Ângela Águida Portella  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Jean Frank

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputada Ângela Águida Portella  
Deputado Coronel Chagas  
*Suplentes:*  
1º - Deputado Sargento Damosiel  
2º - Deputada Aurelina Medeiros

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Chicão da Silveira

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Rodrigo Jucá

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Marcelo Natanael

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Jânio Xingú  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Dhiego Coelho

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Sargento Damosiel  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Soldado Sampaio

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Rodrigo Jucá  
Deputado Remídio Monai

**SUMÁRIO**  
**Atos Legislativos**  
 Ata da 2116ª Sessão Ordinária na Íntegra 2

**EXPEDIENTE**  
**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**  
 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
 Telefone: (95) 3623-6665  
 NIURA CARDOSO DE SOUZA  
**Gerente de Documentação Geral**  
 VICTOR TAVARES PIRO  
**Diagramação**

**MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES**  
 As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h  
 É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

## ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2116ª SESSÃO, EM 19 DE MAIO DE 2012.  
 43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.  
 =ORDINÁRIA=

**PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS**  
**(Em exercício)**

Às nove horas do dia nove de maio de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima décima sexta Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Naldo da Loteria) – Senhora Presidente, não há quórum regimental para abertura da Sessão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não havendo quórum regimental para abertura dos trabalhos, suspendo a sessão pelo tempo de 15 minutos.

Reaberta a Sessão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Naldo da Loteria) – Senhora Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Chião da Silveira) - Lida a Ata.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) –Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Naldo da Loteria) – Senhora Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:**

.Indicação s/n, do Deputado Brito Bezerra, indicando a criação de Lei Complementar alterando o Art. 32,I da Lei nº 59, de 28/12/93, do sistema Tributário Estadual, concedendo nas operações internas de distribuição de energia elétrica, para consumo mensal acima de 100 KWH, a carga tributária de 12%;

.Projeto de Lei s/n, do Deputado Brito Bezerra, que dispõe sobre a proibição do uso de recursos públicos para a contratação de

artistas nas situações que dispõe;

**RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:**

.Mensagem Governamental nº 021, de 09/05/12, deliberação do Projeto de Lei complementar que dispõe sobre a extensão do subsídio a todos os policiais da Polícia Civil do Estado de Roraima;

.Mensagem Governamental nº 22, de 09/05/12, que dispõe sobre a inclusão da disciplina Educação para o Trânsito no currículo do Sistema de Ensino Estadual de autoria do Deputado Remídio Monai;

**EXTERNOS:**

.Ofício nº 015, de 08/05/12, do Sindicato dos Analistas Ambientais de Roraima, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

.Ofício nº 094, de 08/05/12, do sindicato dos Policiais Cíveis do Estado de Roraima, solicitando um debate sobre o projeto de promoção da Polícia Civil.

Era o que constava do Expediente, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, trabalhadores, policiais civis na pessoa do Presidente do Sindicato, Nilton Amadeu, e tantos outros que se fazem presentes, e também os ouvintes da rádio “Parente Anauá” que estão nos ouvindo neste momento nessa sessão ao vivo.

Durante o ano passado tivemos uma grande luta nesta Casa, buscando o direito dos servidores públicos, inclusive, direito constitucional quanto à reposição salarial. Estivemos reunidos com o SINDPOL, entre mais três entidades que representam os servidores públicos do Poder Executivo. Foi uma reunião bastante significativa e, naquele momento, após toda uma pressão, articulação, dos sindicatos, conseguimos uma reposição de 4,5%. Este ano, ao começar o ano legislativo tanto eu como os Deputados Flamarion, Brito, Joaquim e outros já nos posicionamos, cobrando do Executivo a reposição salarial. Já aprovamos nesta Casa a reposição salarial dos servidores do Tribunal de Contas, do Ministério Público, do Poder Judiciário. E, sempre, tanto na comissão, como no plenário, nos colocamos favoráveis às necessidades dos funcionários desses órgãos para que a reposição salarial integral, lhes seja concedida. Mas isso não vem acontecendo, Senhoras e Senhores Deputados, apenas o Tribunal de Contas concedeu 6.5% de reposição salarial, os demais poderes, até o presente momento, colocaram a reposição em torno de 4.5, 5%. Recebemos ontem no nosso gabinete, e foi lido hoje a reposição salarial dos servidores do Executivo de 5,5%, tendo como data base o mês de maio. Só que, meu amigo Nilton, você sabe que a inflação oficial do IBGE é de 6.5%. No ano passado foi de 6.9%, em 2010 não foi diferente. Agora, Senhoras e Senhores Deputados, isso para o servidor público do qual muitos ganham até abaixo de um salário mínimo, como é caso dos trabalhadores da Educação, assistentes de aluno que dão apoio, os funcionários da limpeza das escolas, como comprovam os vários contracheques que eu tenho, têm que ter um adicional para complementar o salário mínimo. Trabalhadores lotados no Hospital Geral, Coronel Mota, muitos deles ganham abaixo de um salário mínimo, os demais trabalhadores de nível técnico têm seu piso salarial em torno de mil e cem reais. Essa é a média, e aí se acumula: no ano passado, foi 2.5 a menos, deixado de ser reconhecido pelos trabalhadores, este ano, Deputado Gabriel, mais 1.5. Se somarmos essas perdas nos últimos 5 anos, vamos constatar mais 10%, e estou falando de reposição, que é um direito constitucional do trabalhador.

Estamos na fase de levantamento, vamos buscar apoio junto às entidades que representam esses servidores para entrarmos com um mandato de segurança ou qualquer ação judicial para que o Governo do Estado reponha essa perda salarial de maneira integral, pois recursos o governo tem. Foi demonstrado, Deputado Chicão, durante o ano passado, que o governo teve mais de novecentos milhões de excesso em arrecadação. Este ano não é diferente. O orçamento, votado na Casa, concedeu, no mínimo, para a folha de pagamento das Secretarias 09%, 4,5% de reposição salarial, e 4.5% de crescimento do PIB. Fizemos uma pesquisa sobre os primeiros cinco meses, e já constatamos que o governo vem arrecadando, por exemplo, somente de excesso, 36 milhões só no FPE. Isso dá um crescimento linear no orçamento de 09%. Então, o Governo tem condições, sim, de conceder os 6.5% de reposição e, ainda, poderia conceder 2,5% de reajuste. É fato, estão aqui os decretos do Poder Executivo, abrindo o orçamento por excesso de arrecadação. Constam, aqui, os valores de 12 milhões, 24

milhões, 27 milhões, boa parte são do Fundo de Participação. Mas, 36 milhões foi só do FPE, sem mencionar o ICMS. Então, o que está faltando é comprometimento, boa vontade por parte do Executivo em reconhecer o direito desses trabalhadores que dão sustentação ao Poder Executivo e a serviço da sociedade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra - Deputado Sampaio, é digno de destaque o compromisso de Vossa Excelência, não só com os servidores públicos, mas com todas as entidades de classes representativas, sempre em trabalho na defesa dessas categorias.

Quero complementar as colocações de Vossa Excelência em relação ao nosso país e, em especial, no Estado de Roraima, com a maior carga tributária do mundo, ou seja, até o produto da cesta básica se cobra um ICMS de 12, 17% enquanto em outros Estados é apenas 7%. No Estado do Amazonas, se cobra sobre o frango e o pão 1%. E, aqui, o Estado cobra 12%, ou seja, até os produtos da cesta básica têm o ICMS, o máximo permitido por lei. Então, o Governo tem uma voracidade tremenda em arrecadar e tem uma pequena ou imperceptível vontade de trabalhar pelo desenvolvimento do Estado, especificamente a questão que Vossa Excelência aborda sobre o aumento salarial a esses servidores.

Veja bem, reposição salarial é constitucional, mas ele se nega cumprir, ou seja, está sendo tolhido a constituição do nosso país. O homem público tem apenas que trabalhar, exercer seu mandato, administrar conforme as leis, ele precisa seguir as leis para que seja um administrador coerente, é o que nós não temos aqui no nosso governo.

Quero dizer a Vossa Excelência em relação ao servidor da UERR, professor com graduação, com doutorado, inclusive, cujo salário é mais baixo do que de um professor da rede pública do estado, isso significa perda de professores que tem mestrado, doutorado, para outros estados da federação, pois não compensa ficar no Estado de Roraima. Os policiais civis aqui presentes gostaria de saudá-los, um dos quais procurou, há pouco, a oposição para falar sobre um projeto, protocolado nesta Casa, e que cria a polícia da polícia, ou seja, eles não vão ter reposição salarial, não vão ter aumento salarial sequer vão ser reconhecidos assim como pessoas que trabalham para dar segurança à nossa sociedade. De forma que está diminuindo o salário dessa categoria. E pasmem, uma das senhoras que representam essa comissão, falou para nós Deputados aqui presentes que o Governador, em relação a essa questão, falou: “Olha! Não aceito lá pela Assembleia Legislativa que seja modificado, emendado, sequer discutido, é para aprovar do jeito que está porque quem manda sou, tenho a maioria e acabou. Não vou aceitar de maneira nenhuma”. Foi falado para eles e eu quero aqui dizer a Vossa Excelência que não é preciso pedir porque Vossa Excelência já acenou para essa possibilidade. Deputado Flamarion, quero dizer que o parlamento é independente, tem que ser harmônico com os demais poderes, Executivo e Judiciário, mas nós somos independentes. Quero convidar todos os Deputados para dizer ao Presidente desta Casa que a Comissão de Constituição e Justiça, da qual eu faço parte, Comissão de Orçamento, Deputado Flamarion também faz parte dessas duas comissões, para, em reunião com essa categoria, promover uma audiência pública para debater profundamente esse projeto para que possamos aprovar aqui uma lei que realmente venha suprir as necessidades dessa categoria de segurança, diga-se, a Segurança Pública é um direito fundamental do cidadão.

Quero colaborar com Vossa Excelência nesse sentido, parabenizá-lo pelo seu compromisso com a categoria principalmente da segurança pública deste Estado.

Quero deixar aqui o convite a todos os demais Deputados para efetivarmos essa audiência pública, onde debateremos profundamente o projeto, e não sermos subservientes ao Poder Executivo como o governador declarou para própria categoria que não podemos sequer emendar, debater. Obrigado, Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Obrigado, Deputado Brito. Peço ao setor competente incluir o pronunciamento do Deputado Brito ao meu discurso. E mais uma vez peço o apoio dos Deputados, e sensibilizar as entidades que representam os trabalhadores para fazermos o levantamento da perda salarial acumulada e também a diferença de 2 a 2,5% que o governo vem deixando a cada ano. Isso faz uma grande diferença, principalmente para o trabalhador que ganha um salário mínimo ou em torno de mil, mil e quinhentos reais por mês, como piso. Portanto, é uma grande perda salarial, não podemos admitir enquanto o governo do Estado tem recursos suficientes, já demonstramos isso no ano passado e estamos demonstrando esse ano que é possível sim.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, não posso deixar também de abrir espaço, Deputado Brito, a discussão dos trabalhadores da segurança pública do nosso Estado. Deputado

Flamarion, se a equipe técnica, que foi lá e interditou a Secretaria de Obra, fosse hoje às delegacias, aos quartéis da Polícia Militar, na capital e no interior, nós teríamos as Polícias Militar e Civil fechadas, pois e as condições de trabalho não existem, e o governo não mostrou nenhuma iniciativa no sentido de recuperar os quartéis de destacamento do interior da PM, muito menos as delegacias do interior do nosso Estado, onde faltam condições de trabalho para os nossos policiais desenvolvem o seu papel PM e Civil. Sem mencionar, senhoras e senhores, a falta de reconhecimento a esses trabalhadores, sem mencionar, Deputado Xingu, o apadrinhamento que existe hoje tanto na PM como na Polícia Civil. Estou entrando com requerimento ao qual peço apoio dos Senhores. Quero saber onde estão lotados os 76 Delegados de Polícia Civil, o que estão fazendo, Deputado Xingu, é porque se observa em uma delegacia, aliás, estive recentemente no interior do Estado, região sul, constatamos que o delegado que atende Rorainópolis, São Luiz, Baliza, Caroebe é o mesmo e está lotado em Mucajá. Você vai aqui no DP da capital, onde não encontra delegado, e ainda criaram uma figura do delegado virtual. Eu defendo bons salários para todos os servidores, não quero que o delegado me interprete, como os Procuradores do Estado me interpretaram, naquele momento em que disse que era contra, mas eu sou contra advocacia dos procuradores, advocacia particular, e que vêm projetos para cá, colocando Procurador do Estado como Diretor Jurídico do DETRAN e de outras autarquias, sendo que a função do procurador é trabalhar na PROGE para defender o Estado, assim como a função do Delegado é também estar na delegacia atendendo a sociedade.

Quero saber sobre informações, Deputado Jean, porque, de antemão, tenho conhecimento extra-oficial que existe 02 delegados lotados na SEJUC. A SEJUC não tem delegacia, mas tem dois à disposição, tem delegado no DETRAN, na Casa Civil, na representação do Estado de Roraima em Brasília, fazendo não sei o quê, tem delegado na API em cargos comissionados. Tenho, pois, uma relação de órgãos que têm delegado como diretor, como adjunto, como secretário, mas nas delegacias não tem. Então, é inadmissível, Deputado Xingu, eu defendo um bom salário, mas tem que estar na função, e também não é diferente na polícia militar. Estou requerendo informações do Comando da Polícia Militar, quanto ao nome de cada policial, onde está lotado. Visitei o sul do Estado, onde tive o cuidado de somar o efetivo, Deputado Gabriel, lá do São Luiz do Anauá, estão 04 policiais para fazer o policiamento e mais ainda fazer a segurança externa. Somei os policiais militares de Baliza, são três agentes e três policiais militares, já o Delegado estava com dois meses que não aparecia lá. Fui até Caroebe onde constatamos dois policiais lotados naquele momento e mais dois em missão. Fomos ao Entre Rios, onde há apenas um policial tomando conta da Vila. Estivemos recentemente no Uiramutã que conta com apenas dois policiais, para aquela Região e de todas aquelas comunidades indígenas. Na Vila Campos Novos há um policial. Estivemos no Apiaú, também há apenas um policial. Estive recentemente em Iracema, onde há quatro policiais militares. Sabemos que falta efetivo na corporação há vários anos e não há concurso. Estou requerendo, porque, segundo informação concreta, existe muito mais policiais à disposição da Casa Militar do que em todo interior do Estado. Têm muito mais policiais à disposição desta Casa, onde tem parlamentar com mais policiais à disposição dele do que uma vila ou município do interior do Estado.

Agora, a sociedade fica desamparada, liga para o 190, liga para a Polícia Civil sem ser atendida, simplesmente por não ter viatura, nem efetivo. Temos que reconhecer e valorizar os servidores civis e militares com bons salários. Agora, o lugar de policial é nas ruas, fazendo policiamento. A grande verdade é que falta cadeira para esses policiais militares trabalharem por falta de espaço. É muita gente na administração, mas pouca gente no serviço de rua. Isso vale para o praça, vale para os senhores enquanto agentes da polícia civil, vale para os Delegados e vale para os oficiais. Então, neste momento, peço o apoio, pretendo desencadear uma campanha neste Estado para que policiais estejam realmente nas ruas fazendo o policiamento para a segurança da população. E, ao mesmo tempo em que o Comando da PM, o Governo do Estado mandou o Estatuto para esta Casa e fez com que aprovássemos em menos de 24 horas, alegando que iriam realizar concurso público, já está aprovado há mais ou menos 60 dias e sequer se fala em concurso público na Polícia Militar. A história é a seguinte: vamos fazer este ano, Deputado Chicão, para chamar os aprovados no ano que vem para estar pronto para ir para as ruas no final de 2013, próximo à campanha de 2014. Esse é o fato, estão enganando a sociedade. Enquanto, constantemente vejo jovens se

preparando nos cursinhos e todo dia nos cobram no facebook a realização do concurso. E, senhoras e senhores, o que temos, hoje, é meia dúzia de policiais se matando nas ruas. Deputado Xingu, existe no máximo, três viaturas para atender toda a área oeste da cidade, onde há mais de 28 bairros. Eu estou com as escalas prontas aqui. São, no máximo, três viaturas para atender mais de cem mil pessoas. Tem condições? Não tem. Concedo um aparte ao Deputado Xingu.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Xingu – Eu quero dizer que Vossa Excelência Deputado Sampaio demonstre ser um Deputado coerente e compromissado com a sua classe. Eu soube que, ontem, chegou aqui a Mensagem Governamental, e que será discutida nesta Casa a progressão da Polícia Civil. Até, o Deputado Brito, comentou que o Governador havia dito que a Assembleia Legislativa iria aprovar esse Projeto sem nenhuma discussão. Eu quero aqui me comprometer e dizer a Vossa Excelência que, como eu estou agora respondendo pela liderança do Governo, acredito que o Governador não deva ter falado isso. E, se falou, pecou muito, pois aqui é o Poder Legislativo, o projeto vai ser discutido e rediscutido. Acredito que, como é um Projeto polêmico, haverá até audiências públicas para ouvir os policiais civis, os agentes, os delegados, os leigos, os peritos, pois há interesse que possamos votar esse Projeto de forma consciente para que não haja vencidos e nem vencedores.

Mas, eu soube também, Deputado, que Vossa Excelência tem uma ideia brilhante, pois no Projeto diz o seguinte: O Delegado que está na classe D, assume os cargos de direção dentro da Polícia, podendo ser diretor e Delegado Geral. E, os delegados que estão na classe C, ficam impedidos de assumir qualquer cargo dentro da estrutura policial. Portanto, ontem, eu soube que Vossa Excelência tem um Projeto que veda a qualquer delegado assumir qualquer cargo no Governo do Estado fora da jurisdição policial, ou seja, o Delegado ficará proibido de ser Presidente do DETRAN, Presidente da CODESAIMA, Diretor de A ou de B dentro do Governo. E, se Vossa Excelência tiver mesmo esse Projeto, certamente terá uma unanimidade aqui neste Poder.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Senhor Presidente, gostaria que o nosso Requerimento entrasse em pauta na Ordem do Dia de hoje, solicitando essas informações do Delegado Geral e do Comando da Polícia Militar, para sabermos onde realmente estão lotados os policiais e delegados, para, que logo em seguida, nos somando ao deputado Xingu, buscarmos colocar realmente esses policiais, sejam civis ou militares, nas suas devidas funções que é fazendo segurança pública da sociedade roraimense, pois há delegados que nunca sequer tiraram um plantão em uma delegacia de polícia. Isso vale para praças, para oficiais e agentes da polícia civil. É isso que nós defendemos.

E quero, mais uma vez, reiterar, Presidente Nilton, que vamos somar forças com os demais sindicatos para buscarmos essa reposição salarial de forma integral, que é um direito do trabalhador. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhoras e Senhores Deputados, eu ia começar o meu discurso falando sobre a receita do FPE do dia 10, mas em virtude da posição do líder da oposição e do discurso do Deputado Sampaio, vou inverter a ordem do meu pronunciamento. Primeiro, quero dizer ao líder da oposição que o estatuto, que seria o plano de cargos e salários da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, foi amplamente debatido nesta Casa, na Comissão, os Deputados Sampaio, Damosiel, Chagas participaram, tiveram reunião com os órgãos que representam todas as classes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros lá no gabinete do Coronel Chagas até uma hora da madrugada, porque eu saí do gabinete dele já era meia noite e eles ainda estavam em reunião para buscar um consenso, para fazer o que era possível para que a gente colocasse em plenário. O erro que ocorreu com aquelas duas leis que criaram esse imbróglio na Polícia Civil, colocando um lado da polícia em uma ponta e o restante na outra, aconteceu na gestão passada e, eu não me recordo naquela época de uma posição firme do sindicato, o qual estava com a maioria que ficou prejudicada pelas Leis nº 131 e a 132. Cabe a nós, aqui no Parlamento, fazer a correção com essa mensagem que chegou aqui, fazer com a Polícia Civil o que nós fizemos com Polícia Militar e com o Corpo de Bombeiros, buscarmos entendimentos, negociações, viabilizarmos o que é melhor para eles dentro do possível para que não se crie problemas, buscando a união da polícia em benefício da sociedade. Sei que tudo que se quer é impossível, mas sei que o possível de se resolver é cabível para beneficiar as classes que estão sendo prejudicadas dentro da Polícia Civil. Vou estar em defesa do trabalhador aqui do nosso Estado, das pessoas que cuidam da parte pericial, institucional da Polícia investigativa do nosso Estado. É preciso buscar sim uma solução e corrigir os erros do passado sem

criticar o que já foi feito antes. Sobre o caso dos Delegados que o Deputado Sampaio colocou, não acredito que seja o caminho da constitucionalidade limitar nomeação em cargo comissionado, mas há outro caminho legal que eu vou defender aqui, na Casa, que é o Delegado que sair ou outro agente que sair da sua função específica, para a qual ele foi aprovado no concurso, durante o período que estiver afastado ele perde a progressão. Sem briga, conseguimos fazer com que toda a classe fique realmente na polícia civil. Esse é um caminho legal, pois já existem Estados que adotam esse sistema, um Delegado que vai passar dois, três anos fora, não ganha progressão enquanto estiver afastado. Vossas Excelências verão que todos voltam para não perderem aquilo que foi aprovado aqui, aquele salário gordo na aposentadoria, que é um salário muito bom e justo para quem cuida da segurança dos outros. Contudo, é preciso corrigir os salários dos demais, também.

Sobre a receita do FPE, se falou aqui em 5% da correção de salário. Deputada Aurilena, esse mês a receita do FPE para todos os Estados e municípios foi muito boa, mas se não fizermos agora em junho um ajuste, teremos dificuldades. O Deputado Sampaio falou de excesso de arrecadação, em junho vem a queda. Hoje, dia 10, o Estado recebeu de FPE, estou aqui com o extrato do Banco do Brasil, R\$ 105.925.457,32. É evidente que há dívidas da previdência, financiamentos feitos com a CAF, de governos anteriores, que o Estado tem que honrar, mas tirando essas dívidas, restou líquido R\$ 98.504.240,94. Para a saúde são doze milhões e setecentos mil reais no dia 10, para a educação são vinte e um milhões. Eu acredito na competência técnica da equipe do governo de, com esses recursos do mês de maio, prepara-se para o mês de junho em que a receita cai acentuadamente. Já fui prefeito e sei o quanto cai, porque começa a ser feita em junho a restituição do imposto de renda, e em maio cabe fazer um ajuste duro para que sobre receita para honrarmos os compromissos do mês seguinte. A maior receita do ano, dos Estados e municípios, é no mês de maio, e a pior é a do mês de junho. O IPI que era considerado a melhor fatia do bolo do FPM e do FPE, para se ter uma ideia, hoje, para o governo, o IPI contribuiu apenas com 13 milhões e meio, 92 milhões e 300 mil vieram do imposto de renda das pessoas físicas, e como não fica o imposto de renda de pessoa jurídica, é claro que esses 92 milhões representam o pagamento do imposto de renda das pessoas físicas, cuja declaração teve o prazo estipulado até o dia 30 de abril. É evidente que vai haver uma queda acentuada a partir do próximo mês quando o governo federal começar a restituir o imposto que foi recolhido. A receita do Estado só começará a crescer a partir de outubro, bem como a receita do FPE e FPM dos municípios. É hora da prefeitura de Boa Vista, que também pegou a melhor fatia do bolo do ano, fazer os ajustes necessários para começar a restituir ao contribuinte aquilo que vem com dificuldades mantendo até o mês de maio. Deputado Xingu, Vossa Excelência trabalhou ativamente para que a gente cumpra a lei estadual no sentido de convocarmos todos os presidentes de estatais que já cumpriram o primeiro ano da sua gestão, para que venham prestar conta nesta Casa. O líder do governo estava me dizendo que não iria abrir mão de cumprir aquilo que está na lei. Parabéns ao líder do governo, por provar ao líder da oposição que a liderança do governo está aqui para respeitar, cumprir e cobrar aquilo que determina a lei. E, eu quero fazer um apelo a Presidente da Casa que dê agilidade a criação da comissão para que possamos iniciar o processo de convocação dos presidentes das empresas de economia mista e das fundações.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jânio Xingu – Parabéns pelo seu discurso. O que está se discutindo com relação aos presidentes de autarquias, fundações do governo do Estado é muito simples. Gostaria de pedir aos meus Pares que aprovem, por unanimidade, qualquer pessoa indicada pelo governo. Nós estamos prestes a votar a permanência do Zé Reinaldo, ex-Deputado, na presidência da CODESAIMA, e acredito que esta Casa deva aprovar sua indicação por unanimidade, mas que fique valendo o compromisso que está na Constituição do Estado, que após um ano de permanência no órgão, o presidente da autarquia ou fundação venha, convocado por esta Casa, para esclarecer seus projetos e metas de trabalho e, se esse presidente não convencer o Parlamento, esse dirá para ele sim ou não. Isso é muito bom para o exercício da democracia. Esse presidente terá a obrigação com o Estado de Roraima de realizar um trabalho eficiente, relevante, que seja importante para o bem-estar social do povo de Roraima, porque se ele não agir corretamente, certamente perderá o cargo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Eu concordo com o Deputado Xingu que seja nomeada a comissão para

que possamos analisar umas 3 ou 4 fundações, autarquias ou empresas de economia mista que já estão prontas para virem prestar as informações. O que percebemos, eu juntamente com os Deputados Brito e Dhiego é que fomos vítimas. Nós estivemos na CODESAIMA pedindo informações, o presidente da companhia era um ex-Deputado, o qual nos recebeu com cafezinho, tapinha nas costas e fomos surpreendidos agora que o nosso requerimento foi indeferido, porque ele alegou que as informações teriam que sere aprovadas em plenário. Olhem o comprometimento e a falta de respeito para com esse Poder, porque, qualquer informação pública tem que ser de conhecimento do cidadão, independente de mandato ou não. Nós fomos lá como representantes do povo e ele teve a ousadia de encaminhar um documento a esta Casa dizendo que não ia dar as informações porque teria que ser um requerimento aprovado em plenário. O que me parece é que as informações de secretários, diretores de fundações primeiro têm que passar aqui pelo crivo deste Poder e, se a informação não for relevante, de interesse do governo, pode ser barrada aqui mesmo como já foi. O Requerimento do Deputado Brito foi rejeitado nesta Casa porque eram informações que poderiam ser perigosas. Recentemente, busquei um documento junto à Secretaria de Saúde pedindo cópia dos contratos das empresas que forneceram medicamentos, aquelas que deixaram de fornecer documentos e, tenho informações de que não vão ceder as cópias em virtude do custo de 200 mil reais só de xerox. Mas, além disso, eu pedi a relação das empresas que ganharam licitações e, ele poderia muito bem mandar essas informações. Agora, a resposta que eu já li, mas ainda não chegou nas minhas mãos, e que gera um alto custo aos cofres públicos fornecer todas as cópias. Eu entrei com um Requerimento que foi aprovado nesta Casa, pedindo cópia do processo de regulamentação de terras junto ao ITERAIMA, já deferido. A informação é que já chegou a esta Casa, mas nunca ao meu gabinete essas informações. Então, é uma falta de respeito muito grande para com este Poder. Nós precisamos dizer: “Olha! Este é um Poder legítimo, é o Poder mais próximo da sociedade, e tem que ser respeitado, não é porque o Requerimento é da oposição ou da situação, é uma questão de respeito a este Poder.” Por isso, concordo com Vossa Excelência, vamos chamar aqui os Presidentes de Autarquias e Fundações, vamos aplaudir e reconhecer aqueles que fizeram um bom trabalho. O meu perfil é ter coragem de falar quando a pessoa fez um bom trabalho, e da mesma forma falar quando não cumpriu a sua missão enquanto servidor público. E isso não é porque a votação é secreta, nós temos compromisso, assim como Vossa Excelência tem para com nosso Estado e nosso povo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Marcelo Natanael – Eu ia requerer o meu tempo de liderança, porque não estou inscrito, mas já que Vossa Excelência colocou sobre o Líder de oposição, Deputado Brito, só para corroborar com o vosso discurso, quero deixar uma observação. Sou favorável a redução do ICMS, mas Roraima nunca vai poder se dar o luxo de se comparar com o Amazonas, porque a Prefeitura de Manaus teve um PIB, em 2011, de sete bilhões e quinhentos milhões de reais. Antes de se discutir a redução do ICMS para os produtos, temos que resolver dois problemas. Primeiro, o da produção agrícola deste Estado, uma vez que não produzimos, não podemos reduzir a arrecadação. E o segundo, a sonegação de impostos que é outro problema, pois além de arrecadarmos pouco, ainda há esse problema de sonegação. Quanto à redução do imposto do frango, que no Amazonas se paga 2%, esse Estado pode se dar o luxo, mas Roraima não, e eu dizia isso até nos meus discursos. A Venezuela consome 100% de frango importado do Brasil, e grande parte, 80%, sai de Santa Catarina. Olha a distância que estamos da Venezuela! Mas por que a Perdígão e a Sadia não se instalam em Roraima? Porque lá em Santa Catarina um saco de milho custa em torno de quinze reais, e em Roraima trinta e três reais. Então, há pontos importantes a serem discutidos antes de se reduzir o ICMS. Sou a favor, até porque sou consumidor também, e a população na sua maioria seria beneficiada. Vossa Excelência participou de uma reunião com o Governador e sabe da preocupação dele em desenvolver o agronegócio dentro deste Estado. Portanto, acho que o primeiro passo a ser discutido é esse. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Há um projeto de Agronegócio do Estado aprovado aqui na Assembleia com a participação do Líder da oposição, dada as isenções de impostos Estaduais, e nem por isso essas isenções dadas ao setor produtivo refletiram no bolso do consumidor. Acho que refletiram muito mais na classe empresarial do que no bolso do consumidor.

Encerro convidando, além dos Deputados da Comissão de Educação, os demais Deputados para, logo mais, estarem presentes na

Comissão de Educação, onde estaremos ouvindo a Secretária de Educação que estará prestando esclarecimento sobre os investimentos feitos na Secretaria. Foi quem solicitou uma audiência na Comissão para que possamos cobrar de perto todas as ações que vão ser agilizadas a partir deste mês até o final do ano na Secretaria de Estado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados, imprensa, colaboradores da Casa, Platéia aqui presente, em especial aos servidores da Polícia Civil, bom-dia.

Como é proveitoso o debate no Parlamento, independente de qual esfera, seja ela Municipal, Estadual ou Federal. A partir da provocação dos servidores da Polícia Civil, nós demos início a um debate por vezes acalorados, outras consensuais, que nos leva a conclusão de que a bancada de oposição e situação, em conjuntos com as categorias e representatividades da sociedade organizada podem chegar a um consenso quanto à deliberação da possível aprovação do Projeto que foi protocolado nesta Casa, dos quadros dos servidores da Polícia Civil. Vejam bem, a partir do discurso do Deputado Sampaio, de um aparte que eu fiz, houve o aparte do Deputado Joaquim Ruiz que é Líder do Governo. A Deputada Aurelina me convidou para formar uma Comissão Especial para se debruçar em cima do Projeto da Polícia Civil que foi protocolado nesta Casa, e perguntou quem eu indicava. Eu indiquei os dois representantes de classe que são da oposição, o Deputado Sampaio e o Deputado Damosiel, que vão se reunir com as categorias e com os Deputados de situação para, a partir daí, promover uma Audiência Pública aqui na Assembleia Legislativa para chegarem a um consenso e votarmos a lei de maneira isenta, mais harmônica, para que o Poder Executivo possa sancionar e atender as necessidades da categoria. E não só dessa categoria, mas de todas que protocolarem Projetos no sentido de arranjos salariais, de reposição, de aumento e outros benefícios.

Quero parabenizar a Deputada Aurelina por essa iniciativa de criar a partir de agora esta Comissão Especial. Quero também me reportar a Vossa Excelência e ao Deputado Erci de Moraes que sempre nos orienta e nos aconselha. O Parlamento, seja ele Municipal, Estadual ou Federal, tem que ter esta questão da harmonia com o Poder Executivo, tem que ter o debate, mas, sobretudo, tem que ter a sua independência. Vejam bem! Ontem, eu fui convidado para ir até a Avenida Bandeirantes no bairro Buritis, convidei o Deputado Flamarion, por ser da Comissão de Obras desta Casa, convidei também o Deputado Sampaio, porque sempre está disposto a trabalhar em conjunto. Fomos todos visitar aquela inundação que citei em um pronunciamento há dois dias atrás, que todos os anos ocorre, causando prejuízos a classe empresarial, a qual hoje, ouvi ser chamada de um bando de sonegadores, impossibilitando, Deputado Rodrigo, Vossa Excelência que se propõe a ser Prefeito, aquelas crianças de saírem das residências para irem às escolas. Quer dizer, causando transtornos e prejuízos aquelas famílias.

Quando nós estávamos lá, veio um cidadão em uma Hillux e, ao se aproximar de nós, reduziu a marcha, e nós achávamos que ele iria falar algo, mas não falou nada, só a sua fisionomia já dizia que nós não merecíamos nem suas palavras. Em seguida, uma Senhora passou em um carro e disse: “você deveriam ter vergonha de estar aqui neste momento, pois todos os anos essas inundações acontecem e vocês vêm para cá e nada acontece.” E, não deu tempo nem de falarmos das nossas boas intenções. Já faz mais de um ano que estamos trabalhando nisso na Assembleia Legislativa, buscamos a Secretaria de Obras, procuramos o Secretário de Infraestrutura, fizemos duas audiências públicas, mas o eleitor não quer ouvir balela, quer ver trabalho, quer ver as coisas acontecerem. Deputado Natanael, aqueles sonegadores se não pagam os tributos em dia, o Governo não amplia o prazo, se pagarem no outro dia, pagam com juros e correção monetária. Agora, se sonegar! Cadê o Estado? Onde está a Secretaria Estadual da Fazenda com seus fiscais? A Secretaria Estadual da Fazenda tem a responsabilidade de arrecadar e cobrar os tributos. E, quem for sonegador que seja responsabilizado e vá para a cadeia, pois não defendo empresário sonegador, defendo a classe empresarial como principal geradora de emprego e renda neste Estado, haja vista que são pessoas que pagam seus tributos. Portanto, defendo todo segmento empresarial sério que gera emprego e renda, como defendo o setor produtivo e, sei que é consenso desta Casa que é uma das poucas maneiras que o Estado tem de gerar uma outra matriz econômica que não seja a do contracheque, onde o Governo coloca as rédeas e diz quem manda sou eu, e vai aprovar como eu mando.

Eu quero a independência financeira e literária para o nosso povo, para que eles possam escolher em quem votar, pois só assim nós vamos ver quem é bom, sem trocar voto por assistencialismo. Essa política de troca covarde está instalada neste Estado e a cada dia que

passa fica mais forte. Quero dizer a Vossas Excelências que os Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores, a classe política deste Estado está em cheque, não temos o respeito do povo, quando vamos às ruas, somos desrespeitados porque muitas vezes nós aceitamos que o Poder Executivo mande. Quero dizer que ser político hoje em dia é uma das penitências mais caras que existem, porque a classe política paga por todos que não têm posicionamento sério. Então, é por isso que nós temos que debater, não podemos ficar sentados em nossos gabinetes, temos que ir para as ruas conversar com a população, porque o contribuinte quer que a gente sinta o que ele está sentindo. Nós precisamos resgatar a moral e a ética que a classe política já teve, se é que teve, e precisamos trabalhar nesse sentido, porque até quando você está bem intencionado e vai às ruas, as pessoas não acreditam mais. E, se não acreditam mais, é porque os políticos têm tomados posicionamentos que os fazem pensar assim.

Quero louvar a atitude da Deputada Aurelina, dos demais Deputados. Sei que nesse Projeto vai haver um debate, nós vamos nos aprofundar e vamos atender os interesses de todas as categorias, sejam dos Delegados, Agentes Penitenciários, Escrivães, para depois cobrarmos a segurança do nosso Estado que hoje realmente nós não temos.

Sobre o Setor Produtivo, temos a questão da Lei aprovada aqui nesta Casa. O Deputado Marcelo Natanael disse que nós não temos um PIB – Produto Interno Bruto, que é a soma de todas as riquezas desse Estado, para que possamos desonerar de maneira fiscal nenhum produto, mas não podemos desonerar, Deputado Natanael, nem a cesta básica, nem os produtos que são essenciais, tidos como o mínimo necessário para a subsistência em todos Estados da Federação, uns são até isentos de impostos, mas no nosso é cobrado de 12 a 17%. Será que não podemos fazer nenhum estudo sobre isso? Por que o Estado do Amazonas arrecada milhões? Vejam bem, o turismo no Estado do Amazonas representa hoje, quase 6% da soma das riquezas produzidas no Estado. Nós não temos sequer, no Estado de Roraima, uma secretaria de turismo. Temos tanta potencialidade turística e não transformamos isso em geração de renda, e a culpa de quem é? Do povo? Não, a culpa é do poder público, que poderia criar uma secretaria do turismo, ao invés da secretaria extraordinária de projetos especiais, onde está lotado um cunhado do governador que nada faz. Através do turismo, vamos transformar nossas potenciais em produtos, vamos buscar fora do nosso Estado, ou até fora do nosso país pessoas que venham usufruir das nossas potencialidades turísticas, atendendo a nossa legislação ambiental, gerando recursos e renda. Então, a culpa é da classe política e do poder executivo e nossa também, porque estamos aqui para trabalhar, fiscalizar. Sobre a questão do produto primário, Vossa Excelência sabe que o arroz produzido no Estado de Roraima, devido nós não termos aqui uma jazida de calcário, devido nossa mão de obra ser mais cara, bem como a questão logística dos profissionais, hoje ele é colocado no comércio local mais caro do que o que vem do Rio Grande do Sul, porque lá existe área de livre comércio, além de produzirem, lá é mais barato o custo de logística, o insumo, o adubo, o calcário e, quando mandam para cá, ainda gozam da isenção de 17%. Mas nós, que aqui produzimos, somos taxados em 17%, ou seja, estamos acabando com a agricultura do nosso Estado, com a pecuária porque não temos uma política viável que atenda a esses setores. Então, ficamos apenas no discurso, na prática nada acontece. Eu ouvi da classe produtiva do nosso Estado que quando acontece um seminário, assim que um parlamentar da base de apoio, ou um representante de classe do setor produtivo começa a falar, diz logo assim: eu gostaria de, primeiramente, pedir desculpas ao governador do Estado, mas tenho que dizer, senão os produtores acabam me matando. Que representante é esse? Ele não deve baixar a cabeça para governador, para Deputado, para Prefeito e nem para Vereador. Vocês juntos são mais do que nós, são vocês que nos elegem e não têm que iniciar discurso pedindo desculpas de parlamentar e nem do executivo, devem falar da real necessidade e cobrar, pois é um direito do povo cobrar e uma obrigação nossa fazer. Se não querem ser cobrados, não sejam homens públicos, sejam empresários, autônomos, porque temos que respeitar as leis da nossa Constituição e, sobretudo, os direitos e as necessidades do povo.

Quero falar novamente da isenção de ICMS. Eu propus hoje, nesta Casa, a criação de uma Lei Complementar alterando o artigo 32, da Lei 59, de dezembro de 1993, sobre o Sistema Tributário Estadual, concedendo às operações internas de distribuição de energia elétrica para consumo mensal de 100 quilowatts, a carga tributária de 17 para 12 acima de 100 quilowatts. Em todos os Estados da Federação é 12%. E, por que em Roraima é 17 se todos os impostos, seguidos da

cesta básica, da energia elétrica são um bem fundamental? Aqui em nosso Estado ar-condicionado, central de ar não é luxo, é necessidade, pois temos uma temperatura de até 45 graus. Por isso temos que ter sim uma energia elétrica mais barata. Houve um Simpósio e a Frente Parlamentar em Defesa dos Consumidores de energia fez um levantamento, concluindo que temos a terceira energia mais cara do Brasil. O Deputado César Hallum, que é Presidente dessa Comissão lá no Congresso Nacional, tem dois projetos de lei em andamento para diminuir a conta de luz em todo o país, pois a conta de luz é diferente da tarifa, o que incide na conta de luz são as tarifas. Então, os projetos são para diminuir a conta de luz. E, eu quero que diminua o ICMS de 17 para 12%, tornando mais barata a conta de luz para cada cidadão roraimense e também para que as empresas possam produzir mais e gerar mais emprego, renda, porque arrecadação do Estado é record sim, arrecadamos muitos e devolvemos pouco. O Congresso Nacional está fazendo sua parte através dessa Comissão em defesa do consumidor de energia e, nesta Casa, há uma Comissão, a qual eu presido, formada pelos senhores Deputados Sampaio, Damosiel, Chicão da Silveira, Gabriel Picanço. Nós vamos, juntos trabalhar aqui no Estado, para que haja essa desoneração fiscal do ICMS, visando atender de maneira efetiva o consumidor, saindo do discurso e baixando a energia elétrica na casa de cada cidadão roraimense.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputado Brito, quero parabenizá-lo, pois com certeza foi um dos melhores discursos feito nesta Casa nesse ano e meio que estou aqui. Vossa Excelência com veemência e convicção, sabedoria e conhecimento falou sobre a situação do nosso Estado. Quero falar da necessidade de criarmos uma Comissão nesta Casa, respeitando a proporcionalidade, pois é preciso que se diga isso à Mesa Diretora, haja vista que, quem indica os membros da oposição ou situação é o líder. Temos líderes com essa responsabilidade. O Deputado Rodrigo é o líder da maioria, ele escolhe, assim como nós escolhemos os indicados para compor a Comissão, formada por cinco membros, dois da oposição e três da situação. Essa é a proporção preestabelecida regimentalmente. Agora, quero me dirigir ao SINDIPOL. O Governo do Estado, o Poder Executivo não discute, não debate proposta nenhuma com trabalhador. Recentemente, estive com o Presidente do Sindicato e ele me disse que em momento algum o Sindicato foi ouvido pelo do Poder Executivo, nem pela Comissão da elaboração dessa proposta, bem como também, na proposta da PM, as entidades não foram ouvidas. O executivo monta uma proposta achando que sabe de tudo e há esse discurso, nós sabemos, é fato, porque tem a maioria e passa o que o governo quer. Nós apresentamos a proposta de um orçamento participativo, com o objetivo de que o executivo discuta o orçamento do Estado com os servidores, com o pequeno produtor ou com o grande produtor, mas sequer, querem abrir essa discussão, assim como abrir discussão no tocante ao ICMS. O governo age de maneira unilateral, por meio de imposição, por isso, cabe a esta Casa cumprir o seu papel. Quero chamar a atenção dos trabalhadores da polícia civil, através do Sindicato e também dos Delegados, pois o Sindicato dos Delegados tem que vir pra cá com a gente e participar das audiências, das discussões. Senhoras e senhores policiais civis, venham para cá e permaneçam aqui, façam como fez o DETRAN, os policiais militares que ficaram mais ou menos três semanas aqui, e a pauta trancada, haja vista que não havia entendimento naquele momento por parte do poder executivo com esta Casa, e tivemos que usar de vários mecanismos para fazerem com que aquela categoria fosse ouvida. Inclusive, tais mecanismos me renderam mais um processo na Corregedoria, e estou dando muito trabalho para o Corregedor, mas esse trabalho se deve a tentativa de garantir os direitos dos trabalhadores de pelo menos serem ouvidos. Eu acredito na Presidência desta Casa, acredito nos Senhores Deputados, que podemos sim criar uma Comissão dentro da proporcionalidade dos membros desta Casa, oposição e situação, que podemos promover Audiência Pública para ouvir esses trabalhadores que fazem a nossa segurança no dia a dia. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Marcelo Natanael – Deputado Brito, parabéns pelo seu discurso. Como fui citado, quero apenas esclarecer que não disse que na classe empresarial todos são sonegadores, mas já que Vossa Excelência tocou nesse assunto, vou dar dois exemplos de sonegadores. Uma prática que vem sendo realizada aqui há mais de cinco anos e que hoje foi combatida pela Secretaria de Fazenda, é a aquisição de veículos para aluguel, os quais, posteriormente eram vendidos, mas as pessoas que os compravam, muitas vezes eram lesadas, pois não tinham como efetuar a transferência, porque havia um prazo para transferi-lo, e aí estava a sonegação. E, tenho certeza

que essa sonegação é muito maior do que a isenção que foi feita. Outro exemplo é que muitas vezes se fala na redução de impostos das cestas básicas, e a sonegação era feita por pessoas que contratavam caminhões para transportar cachaça sem pagar os impostos, e tenho certeza que Vossa Excelência conhece alguma dessas pessoas que estou me referindo. Então, quero dizer que sou favorável a isenção de impostos, até votei na sua proposta, mas citei apenas que fosse combatida a sonegação e que nós nos preocupássemos com isso. Estamos estudando o desenvolvimento desse Estado através do agronegócio e a colocação que Vossa Excelência fez é muito importante, mas temos que combater a sonegação, para progredirmos.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. - Obrigado, Deputado Marcelo. Essas pessoas que sonegam impostos devem ser responsabilizadas e, se Vossa Excelência sabe quem é, denuncie, pois quem tem que tomar providências não é o parlamento, é a Secretaria de Estado da Fazenda. Que ela responsabilize e mande prender. Eu não quero discutir quem é sonegador, quem sonega e quem não sonega, porque isso não é atribuição do parlamento, e sim da Secretaria de Estado da Fazenda, através do governo do Estado, fiscalizar e responsabilizar. O que quero dizer a Vossa Excelência é que todos os projetos que entram nesta Casa e que são protocolados, devem ser trabalhados pelas Comissões, que deve convidar todos os segmentos que estão dispostos no projeto de lei para que ele seja construído ou não e, temos que construir um que atenda a todos. É preciso que Vossa Excelência participe, bem como os Deputados de situação e oposição, as entidades, pois só assim, vamos estar fazendo um trabalho parlamentar. Obrigado.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael pede Questão de Ordem. Quero dizer que o Governo está punindo esses criminosos e que Vossa Excelência pode ter certeza que não vou querer fazer papel de polícia, porque esse não é o meu papel. E, não há o descompromisso por parte do governo com relação a esse seu projeto. Sou favorável que sejam reduzidos esses impostos da cesta básica e não chamei todos os empresários de sonegadores.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Agradeço a Vossa Excelência por estar se dispondo a trabalhar na desoneração fiscal do ICMS na cesta básica. Também o convido a trabalhar na desoneração do ICMS na conta de luz, redução que vai beneficiar todos cidadãos roraimenses. Obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Ordem do Dia: discussão e votação, em turno único, da Moção de Pesar nº 09/12, de 10 de maio de 2012, pelo falecimento do Senhor Antônio Possebom Ribeiro, ocorrido dia 09 deste mês, de autoria do Deputado Sargento Damosiel; do Requerimento nº 015/12, de 10 de maio de 2012, de autoria de vários Deputados, requerendo que sejam convocados os Diretores- Presidentes da Junta Comercial de Roraima – JUCERR, do IPEM, da UERR, da PROGE, da CAER, da FENARH, do ITERAIMA e da UNIVIRR para que, em data a ser fixada pela Mesa Diretora, possam apresentar relatório de atividade anual desenvolvidas e o plano de metas para o ano seguinte dos respectivos órgãos; do Requerimento de Pedido de Informação nº 007/12, de 10 de maio de 2012, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, solicitando que seja oficiado ao Comandante da Polícia Militar do Estado de Roraima que preste as informações solicitadas no Requerimento e do Requerimento; de Pedido de Informação nº 006/12, de 10 de maio de 2012, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, solicitando que seja oficiado ao Delegado Geral do Estado de Roraima, Excelentíssimo Senhor Fernando Edson Olegário Gomes, que preste informações referentes àquela pasta.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Moção de Pesar nº 09/12.

O Senhor Primeiro Secretário (Naldo da Loteria) - Lida a Moção de Pesar nº 09/12.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Em discussão a matéria. Em votação. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Dou por aprovada a Moção de Pesar nº 09/12.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 015/12.

O Senhor Primeiro Secretário (Naldo da Loteria) - Lido o Requerimento nº 015/12.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Em discussão o Requerimento. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-lo. Coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento.

Solicitamos à Superintendência Legislativa a nomeação de

comissão para ser analisada na próxima Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura dos Requerimentos de Pedido de Informação nºs 006/12 e 007/12, respectivamente, de autoria do Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro Secretário (Naldo da Loteria) - Lidos os Requerimentos de Pedido de Informação nº 006/12 e 007/12.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Coloco em discussão o Pedido de Informação nº 006/12. Não havendo quem queira discuti-lo. Coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado.

Coloco em discussão o Pedido de Informação nº 007/12. Não havendo quem queira discuti-lo. Coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado.

Informamos aos Senhores Deputados que de acordo com o Projeto de Lei nº 08/12, relativo às alterações nas leis 55, 131 e lei Complementar nº 58/06, fica nomeada a comissão especial para que possa analisar o referido Projeto e, os nomes dos Deputados que comporão a Comissão serão informados na Sessão da próxima terça-feira.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, o Regimento Interno determina às comissões permanentes a análise dos Projetos de Lei que chegam nesta Casa. Então, no caso específico de um projeto como esse, ele deve passar pela CCJ, pela Comissão de Administração e pela Comissão de Finanças. Ao criarmos uma comissão especial, ao invés de estarmos ouvindo três comissões e 17 Deputados, estaremos ouvindo uma comissão e 5 Deputados. Eu não vejo necessidade de se criar uma comissão especial. Essa é a minha opinião. Eu respeito a opinião de Vossa Excelência e de outros Deputados que divergem da minha. Nós temos toda a condição, inclusive, de dar a devida atenção que esse Projeto merece. Eu sei que é um projeto que todos estão ansiosos para que seja aprovado. E, tenho certeza que a Assembleia quer ver esse projeto aprovado com celeridade, e vejo que as comissões permanentes detêm todo o aparato técnico e toda agilidade para aprovar o projeto. Então, eu faço um apelo a Vossa Excelência. Como só na semana que vem ele será definido, nós teremos cinco dias para amadurecer e para refletir em cima dessas questões. E, apelo a experiência e a sensatez de Vossa Excelência para que a gente deixe o rito seguir normalmente, para não atrasar a apreciação do Projeto. Obrigado.

O Senhor Deputado Jânio Xingu – Senhora Presidente, eu quero me juntar ao Deputado Rodrigo Jucá e dizer que, realmente, nós temos as comissões permanentes e elas deverão ser respeitadas de acordo com o que está no Regimento Interno. Também gostaria de lembrar a Vossa Excelência que vou cobrar agora, vou sair daqui, vou ao palácio cobrar o Governador, que a Casa Civil envie para esta Casa o Código de Ética da Polícia Civil. Na vida temos direitos e deveres. Há salários altos. Estão pedindo para este poder várias coisas, mas o código de ética está lá. Não veio. Eu estou saindo daqui e vou fazer uma cobrança ao Chefe da Casa Civil, Sérgio Pillon, para que ele envie para esta Casa para que seja aprovado, juntamente com este projeto, o Código de Ética da Polícia Civil, que não chegou aqui.

Com relação ao que disse o Deputado Rodrigo Jucá, é interessante, é salutar que as comissões permanentes sejam respeitadas. Ele é o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, portanto, não há necessidade de estar nomeado para as comissões temporárias especiais para deliberar sobre determinados projetos.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhora Presidente, o Deputado Rodrigo Jucá é presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Eu faço parte da Comissão, o Deputado Flamarion também, mas há dois representantes da classe da Polícia Civil, da Segurança Pública do nosso Estado, que não fazem parte, o Deputado Sampaio e o Deputado Damosiel, que gostariam de se debruçar sobre o projeto. Eu sei que nada nos impede, como Deputado, de participar, mas a Comissão especial é salutar porque nós podemos discutir na Comissão de Constituição e Justiça, bom como eles também. Eu acredito que a proposição de Vossa Excelência tem sim uma grande importância. É relevante, é essencial a criação dessa comissão para debater junto com a categoria e da Comissão de Constituição de Justiça. Eu sou a favor da Comissão Especial também. Obrigado, Senhora Presidente.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Deputado Brito, quero fazer uma observação a respeito do ponto que Vossa Excelência tocou, pois é importante sim, que possamos ouvir o Deputado Sampaio, as categorias, e qualquer comissão pode ouvi-los. Não é porque é Comissão Especial que vai ouvir as categorias. Não é porque é comissão permanente que não vai ouvir. Qualquer comissão pode ouvir quem

quiser, não há nenhum problema. E, quero lembrar que o Regimento permite que o líder do bloco da maioria ou da minoria faça a substituição dos membros das comissões permanentes. Então, Vossa Excelência tem o poder de indicar o Deputado Damosiel e Deputado Sampaio para compor qualquer comissão permanente. Faça a troca enquanto o projeto está sendo avaliado nessas três comissões, depois desfaça a troca, não há nenhum problema. Ninguém vai vetar participação de Deputado aqui, pelo contrário, eu tenho certeza que os Deputados que mais podem contribuir neste debate são o Soldado Sampaio, o Damosiel e o Chagas. Eles têm, como qualquer Deputado, a oportunidade de serem ouvidos, de votarem, e de fazerem parte de qualquer comissão da Casa. Então, não há nenhum problema não.

O meu interesse aqui, é importante deixar claro, não é nesse projeto especificamente. Eu acho que essa questão de comissão especial, nós precisamos reavaliar na Casa. O Regimento Interno diz que a Comissão Especial deve ser criada quando o assunto não é de competência de nenhuma comissão permanente. E, nós temos aqui três comissões permanentes que têm competência para analisar um projeto desse tipo, lembrando que as três comissões podem se reunir em conjunto, caso seja necessário, para que tudo seja analisado de uma maneira mais célere. Então, é uma contribuição para a obediência do Regimento e há formas de fazer com que esses competentes Deputados sejam ouvidos. Façam parte e votem nessas três comissões.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhora Presidente, eu quero me manifestar a respeito da possível criação dessa Comissão Especial. Concordo em gênero, número e grau com o Deputado Rodrigo. Por mais que eu entenda e reconheça que os Deputados oriundos da Força Militar, da Polícia Militar e dos Bombeiros tenham condições de contribuir bastante com esse projeto, não podemos esquecer que esta Casa tem um regimento. A pressa é inimiga da perfeição. Se nós queremos corrigir um mal anterior nas leis que vão ser revisadas, é preciso que elas tramitem no maior número possível de comissões afins. O argumento do Deputado Brito peca numa coisa. Se vão ser ouvidas três comissões grandes, é impossível que pelo menos um, dois ou até os três Deputados não estejam envolvidos e, ainda haveria recursos de nomear os participantes daquela comissão. Então, eu acho que não é por aí o caminho. E, me desculpem os Senhores representantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Esta Casa tem a melhor boa vontade e nós Deputados faremos o que estiver ao nosso alcance para que façam justiça com as leis que estão sendo reavaliadas. Mas, não podemos seguir a toque de caixa. Eu acho que com pressão dessa natureza, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Nós vamos acabar cometendo um novo equívoco deixando essa situação persistir, trazendo intranquilidade. Obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputada Aurelina, pela sua experiência de vários mandatos no legislativo, pelo respeito às comissões, quero dizer que, se nós passarmos pelas comissões, é lógico e evidente que as partes interessadas, os sindicatos vão ter muito mais oportunidade de aperfeiçoar essa lei, de debatê-la nas várias comissões, para quando chegar neste plenário ele não ter nenhum problema para ser votada, de acordo com aquilo que interessa a todas as classes, porque, por mais que a coisa possa ser mais rápida, tudo o que é rápido cria problema. Está aí a 131 e 132. É melhor nós fazermos com calma, mas fazermos uma lei que definitivamente regularize a situação de todas as classes que compõem a Polícia investigativa do Estado de Roraima. Era isso que eu gostaria de colocar. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhora Presidente, nós já recebemos aqui a mensagem do Governo, trazendo alguns projetos em regime de urgência, mas não há cabimento eles virem em regime de urgência. E aqui chegam, e nós temos cometido o pecado de discutirmos se realmente são urgentes. E, nessa discussão, criam-se comissões especiais para suspender a Sessão com o objetivo de analisar tal projeto e colocá-lo em votação. Ele chega, é lido, interrompe-se a Sessão, cria-se a comissão e votamos naquele mesmo dia. Só não votarmos no segundo turno, porque não dá tempo para fazer duas sessões no mesmo dia. Isso é fato. Dessa forma, quando é interesse do Governo, cria-se comissão especial, a coisa flui ao modo da maioria. Eu acho que não é por aí.

Eu concordo com o Deputado Rodrigo Jucá. As Comissões Permanentes existem para isso, elas têm toda uma equipe técnica e devem funcionar em todos os Projetos. Inclusive, nós temos que criar aqui nesta Casa, Senhora Presidente, uma comissão para avaliarmos o que realmente é urgente e urgentíssimo para o Governo. E por quê simplesmente colocar a palavra urgentíssima já é o suficiente? Nós estamos convencidos.

Então, Senhora Presidente, eu acho que a intenção de Vossa Excelência de criar essa comissão especial é excelente. Agora, se não dá para criar essa comissão especial, vamos usar essa regra daqui para frente. Não pode haver dois pesos e duas medidas. Esse é o nosso posicionamento. Cria-se a Comissão Especial sem problema. Nós nos sentimos representados. Agora, o correto era tramitar nas comissões permanentes, mas desde que não seja só esse projeto. Já há comissão especial para analisar o projeto da Defensoria, a PEC. E, isso não é bom, pois enfraquece o parlamento. E, não podemos aceitar. Concordo com o Deputado Brito que as Comissões Especiais são criadas de acordo com o interesse do Governo e não, é por aí. Ou se cria Comissões Especiais para tudo, ou valorizamos as comissões permanentes.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhora Presidente, eu estava acompanhando a discussão sobre a questão da criação ou não de uma comissão especial. Eu sou da opinião que tem que se cumprir o Regimento Interno. Faço parte da Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Soldado Sampaio, embora não faça parte da CCJ, mas ele é vice-presidente, se não me engano, da Comissão de Administração e Segurança Pública, por onde o projeto tem que passar. Eu não sei o se o Deputado Sargento Damosiel está em uma outra comissão, mas a oposição pode fazer a indicação para integrar pelo menos uma dessas comissões, mesmo que seja durante um período. Essa é uma questão que vem se arrastando há oito anos. E, vejo que nós temos que dar oportunidade a todos que conhecem bem a questão da carreira da Polícia Civil. Temos que nos posicionar, ouvirmos em audiência pública os representantes das dez carreiras que têm dentro da categoria e verificar se o projeto realmente está atendendo ou não as demandas. A lei é universal, nós nunca vamos conseguir fazer uma lei que atenda individualmente a cada uma das pessoas, mas a coletividade sim. Então, eu me proponho a isso, que a gente siga o Regimento Interno, que os projetos passem pelas Comissões Permanentes, pela CCJ, pelas Comissões de Orçamento e pela Comissão de Administração e Segurança Pública.

O Senhor Deputado Jânio Xingu pede Questão de Ordem – Quero convocar os Deputados aqui presentes para uma reunião hoje, da Comissão criada pela Resolução nº 06/12, composta pelos Deputados Mecias de Jesus, Jânio Xingu, Jean Frank, Rodrigo Jucá, Soldado Sampaio, para analisar o Projeto de Lei que dispõe sobre o quadro de pessoal e Plano de Cargos e Salários da Defensoria Pública do Estado de Roraima, e dá outras providências, para que possamos deliberar sobre a presidência e a relatoria desse projeto.

O Senhor Deputado Flamarion Portela, pede Questão de Ordem – Senhora Presidente, Senhores Deputados, Deputada Aurelina Medeiros, nós representamos um Poder, temos um Regimento interno, o qual significa que temos que ter uma normatização, critérios a serem seguidos, normas a serem cumpridas. Acabamos de ouvir os Deputados falarem sobre a Comissão Especial e me deparo agora com essa informação do Deputado Xingu, e com toda a humildade posso dizer que estou perplexo. Primeiro, eu não sabia que havia dado entrada aqui o projeto da Defensoria que foi aprovado em dezembro, pois o Senhor Governador o vetou integralmente, e aqui mantivemos o veto do Governador. Agora, para surpresa, já existe uma Comissão Especial para esse projeto. Será que esse projeto é mais importante que o Projeto da Polícia Civil para ter nomeada uma Comissão Especial? Uniformização de critérios, se houver, chama-se disciplina, e vamos estar satisfeitos. Eu, particularmente, tenho a minha opinião. Nós devemos valorizar as Comissões Permanentes, pois não pode haver uma discussão profícua dessas aqui. E, o Deputado Xingu vem e dá essa informação que me deixou boquiaberto, pois não sabia sequer que esse projeto estava aqui e muito menos que existia essa Comissão. Então, eu lamento profundamente a forma como está acontecendo às coisas no parlamento. Por favor, vamos parar, pensar e tomar um caminho.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – O Presidente da Casa tem o poder discricionário para muita coisa, e, certamente, a criação de Comissões Especiais sempre foi uma coisa muito debatida, principalmente, por mim. A PEC, por exemplo, é regimental, tem que ter Comissão Especial, as outras matérias não. A minha colocação em relação à formação de Comissão Especial, é que ela foi uma solicitação que surgiu aqui, nesse momento. E, eu disse antes que me reservava o direito de passá-la para terça-feira, porque gostaria de ouvir os demais Deputados. Queria dizer, Deputado Flamarion Portela, que também não tinha conhecimento da Comissão Especial ainda para analisar a matéria da Defensoria, bem como desse projeto da Polícia que eu só tive acesso agora, porque pedi para tirar uma cópia, a qual eu ainda não recebi. Pedimos eu e o Deputado Coronel Chagas para que eu possa pelo menos ler o referido projeto, pois ainda não tinha

conhecimento dele. Inclusive, o que foi lido aqui pelo Primeiro Secretário, sequer condiz com a ementa do Projeto que a gente acabou de tirar cópia. Então, vou tomar a decisão aqui de extinguir a Comissão criada para analisar o projeto da Defensoria, como também decidi hoje que o projeto da polícia civil, bem como o da Defensoria, vai tramitar nas Comissões.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Jânio Xingu – Essa Resolução não foi eu que criei, é uma prerrogativa do Presidente da Assembleia, Deputado Chico Guerra. Ele criou, nomeou e, eu nem sabia que estava nomeado. Recebi a nomeação agora, do Deputado Rodrigo Jucá, que é Presidente da CCJ. Se Vossa Excelência e os Senhores Deputados não querem respeitar o ato do Presidente da Assembleia, aí é outra coisa. É uma Resolução composta com o nome de cinco Deputados: Mecias de Jesus, Xingu, Jean Frank, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio. Portanto, eu apenas informei um ato da Mesa da Assembleia e do Presidente Chico Guerra.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Deputado Xingu, toda matéria que depende da liberação tem que ser lida aqui, e tem que ter anuência do Plenário. Não me consta que a Resolução tenha sido colocada para discussão ou aprovação. Quero informar aos Senhores Deputados que não tinham conhecimento e a minha posição hoje como Presidente, é que a Resolução perde seu efeito a partir de agora. E, quero dizer aos policiais civis que aqui estão, que a Assembleia é o local para vocês discutirem. Não conheço o teor do projeto, ele ainda foi entregue nos gabinetes, mas, com certeza, vamos tomar uma posição.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputada Aurelina Medeiros, conforme o Deputado Rodrigo Jucá, Vossa Excelência falou sobre o Regimento Interno, as Comissões Especiais. O líder da oposição, da minoria, tem o dever ou direito de nomear os membros de Comissões Especiais para deliberar sobre o projeto da Defensoria Pública. Eu sequer fui consultado e já estava nomeado. Vossa Excelência, como vice-Presidente, não sabia, foi o que falou há pouco na Tribuna desta Casa. Agora, o que vão pensar os cidadãos que aqui estão nos assistindo, se os próprios Deputados não sabem se fazem parte ou não da Comissão? O Deputado Flamarion não sabia, o Deputado Sampaio também não, eu, como Presidente, deveria ter nomeado os membros, mas não fui nem consultado. Nós temos sim, que trabalhar de maneira mais assertiva.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Essa Comissão é para dar celeridade ao projeto de interesse de determinada categoria. O projeto da Defensoria Pública, é um projeto que aprovamos aqui no ano passado, por unanimidade, depois houve o veto, discutido nesta Casa, que foi mantido por pequena diferença de votos. Encerrou o ano legislativo e é facultado à Defensoria apresentar novamente essa proposta, que visa dar uma estrutura adequada a Defensoria pública para que essa cumpra com sua missão. Como já foi uma matéria que demorou muito tempo nesta Casa, foi aprovada, houve o veto, que foi mantido, em razão disso, o Presidente da Casa nomeou uma comissão através de uma Resolução, de um ato administrativo que não pode ser retirado, senão por um outro ato, por uma decisão aqui, de forma verbal. Acredito que tem ser feita uma Resolução revogando isso. Temos que conversar, até por uma questão de respeito ao Presidente desta Casa, sobre as razões e verificarmos se realmente tem que ser revogado, porque é um instrumento que foi criado para dar celeridade a um projeto que está há muito tempo dentro desta Casa, de interesse da Defensoria. Com relação à questão da Polícia Civil, vejo que o interesse de Vossa Excelência ao propor a nomeação de uma Comissão Especial é dar celeridade ao Projeto de Lei da Polícia Civil. Também tenho esse interesse, pois faz muito tempo que essa categoria precisa de reconhecimento, mas, a gente ver que diferentemente do projeto da Defensoria Pública, em que há um entendimento e um consenso, não há essas demandas ocorrendo com o da Polícia Civil, ou seja, há essas diferenças. Então, precisamos nomear uma Comissão Especial para tratar do Projeto da Polícia Civil que é temerário, requer uma discussão melhor, para buscarmos um entendimento. Portanto, são essas as ponderações que faço a todos os colegas, pois uma coisa é criar a Comissão para tratar do projeto da Defensoria Pública que todos já conhecem, outra é criar a Comissão Especial para tratar do projeto da Polícia Civil que vai verificar todas essas demandas que não foram atendidas e, para que possamos observá-las bem, é necessário que tramite nas Comissões permanentes.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, hoje é a última Sessão da Semana e dia 13, domingo, comemora-se um dia muito especial, dia esse que considero como sendo todos os dias do ano, que é o Dia das Mães. Queria deixar registrado nos anais desta Casa com muito carinho e

muito respeito, em nome de minha mãe, pois é um privilégio de poucos, na minha idade, ainda ter minha mãe presente, e em nome de minha esposa, os meus parabéns, desejando a todas as mães de Roraima um dia abençoado, muita paz, muito amor e muita alegria. Feliz dia das Mães. Obrigado.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhora Presidente, quero usar de Explicações Pessoais para convidar e convocar os Deputados Brito Bezerra, Ângela Águida, Naldo da Loteria, Erci de Moraes, para uma reunião, logo após esta Sessão, para deliberarmos sobre o projeto de Lei nº 77/11, de autoria do eminente Deputado Brito Bezerra, que institui o programa estadual de alimentação saudável no Estado de Roraima, e dá outras providências. Queria também, conforme o pronunciamento do Deputado Chicão, parabenizar todas as mães de Roraima, desejando que Deus as ilumine neste dia tão especial para todos, que elas se sintam abençoadas por terem nascido mulher e por serem mãe. Quero parabenizar também todas as mães que são colaboradoras nesta Casa e, em nome delas, todas as mães do Brasil, que se sintam cumprimentadas por este Parlamento. Obrigado.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Senhora Presidente, quero convocar todos os Deputados membros da CCJ, para uma reunião ordinária aqui, neste Plenário, tão logo encerre a Sessão. Deputados Flamarion Portela, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Chicão da Silveira e Deputada Aurelina, gostaria que permanecessem no Plenário para que possamos realizar a reunião da CCJ, pois existe uma pauta extensa para ser deliberada e nós vamos tentar aprovar o maior número possível de projetos. Obrigado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhora Presidente, queria, neste Expediente, inicialmente, dizer que esta Casa tem sempre que dar o exemplo de tolerância, de respeito e de obediência ao Regimento Interno, sobretudo no convívio entre nós, Deputados. E, quero falar, na mesma linha de raciocínio do Deputado Chagas, que a decisão definitiva sobre essa intempestiva Comissão Especial fosse tomada na terça-feira, quem sabe, através da manifestação do Plenário e, em última análise do maior Poder desta Casa, para que não fique Vossa Excelência com toda a responsabilidade. Acho que devemos contribuir para que não se crie eventualmente distensões dentro desta Casa, principalmente quando envolvem membros da Mesa. Então, que a sua sugestão inicial prevaleça e que terça-feira possamos decidir isso em Plenário. E de resto, gostaria de fazer um apelo aqui, para assumirmos, através do nosso Presidente, desse que vos fala, do Deputado Chicão, dos Deputados Chagas e Ionilson, em Rio Branco no Acre, o compromisso de criarmos uma Comissão Especial para estudar a dívida do Estado de Roraima, que é o assunto do momento e que está sendo discutida por todas as Assembleias do Brasil. Nesses dias, circulou um papelzinho com os nomes aqui, mas, até agora, não temos a informação se já foi criada essa comissão, ou se ainda vai ser. É preciso que se tome essa providência. E por fim, pegando um gancho no discurso dos companheiros, quero desejar a todas as mães um dia feliz, pois não há coisa mais cara para nós do que a Mãe, só quem não mais a tem, é que pode avaliar o quanto esse se maravilhoso faz falta. Obrigado.

O Senhor Soldado Sampaio – Senhora Presidente, queria me reportar aos membros da Comissão de Educação e pedir a eles que se reúnam com os Policiais Militares e associações para discutir sobre um problema que aflinge a tropa, que é a escala de serviço. Nós aprovamos aqui, recentemente, no estatuto, uma carga horária mínima de três por um, ou seja, o policial trabalha uma hora e folga três. Se ele trabalha 24 horas, folga 72 horas. Os policiais que estão na escala de policiamento de guarda estão satisfeitos, pois era um sonho antigo, e algumas unidades já estavam adotando essa escala por iniciativa do comando. Nas viaturas, os policiais estão trabalhando na escala de 12 por 16, e isso se torna muito cansativo para os que trabalham à noite, pois eles trabalham 12 horas e no outro dia vão trabalhar novamente à noite. Estivemos no Comando da capital levantando essa questão, mas infelizmente, o Comando das Corporações está muito militarizado, muito engessado. Eles alegam que têm que cumprir a Lei 3/1; mas isso não impede o comando de alternar os turnos. Ele pode trabalhar muito bem com a escala de 12 por 24, ou 12 por 72, que dá 3 por 1. Então, os policiais estão muito estressados, a quantidade de atestados médicos é grande, as esposas de policiais já estão se organizando para fazer um painel, protestando contra essa escala. Em virtude disso, quero pedir à Comissão de Administração e à Segurança Pública que possamos discutir sobre a criação da Comissão Especial na terça-feira da semana que vem. Gostaria também de pedir ao Senhor Deputado Jânio Xingu que crie uma comissão para visitar as famílias despejadas

de uma área próxima à Base Aérea, pois muitas daquelas famílias estão na BR, embaixo de lonas, as crianças sem terem condições de ir para as escolas e sem as mínimas condições de sobrevivência. Por fim, quero parabenizar também, todas as, mães pela passagem do seu dia.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Presidente, o que eu ia abordar, era justamente o que o Deputado Erci falou sobre o problema da Comissão Especial, um assunto importante. A dívida dos Estados está sendo amplamente discutida no Congresso Nacional e a UNALE tem uma posição bem definida no processo com relação ao problema do endividamento dos Estados, bem como com a forma de cobrança dos juros, feita pelo IPCA ou por outro meio de cobrança. Deputados, para vocês terem uma ideia, 38% da dívida do Estado é oriunda do território. Grande parte dessa dívida são dos conjuntos habitacionais, cuja competência não é do Estado de Roraima, mas do Governo Federal. As dívidas do extinto Banco de Roraima que foram repassadas para a Agência de Fomento, não são de competência do Governo de Roraima, mas do Governo Federal. Então, é importante que se instale essa Comissão. E, quero também convocar e pedir a benevolência dos presidentes de Comissão para que suspendam a reunião, porque nós temos aqui a nossa Secretária de Educação que vai fazer uma apresentação dos investimentos deste ano, a convite da Assembleia Legislativa, lá na sala de reuniões, para todos os Deputados e não para a Comissão de Educação.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Eu gostaria de falar a respeito de algumas questões que, muitas vezes, os senhores não têm conhecimento. Nós estávamos aqui ouvindo de todos falarem sobre a maioria absoluta, mas não foram todos, houve um posicionamento regimental em relação à criação das Comissões

Especiais. E, claro que não posso deixar de seguir o Regimento e nem deixar de ouvir os nobres colegas. Decidimos que não cabia Comissão Especial para a matéria porque, regimentalmente, não cabe. Em seguida, o colega convoca os membros de uma Comissão Especial para analisar matéria de igual teor. Eu pedi aqui, da nossa Superintendência Legislativa, a cópia do ato, porque ele tem que passar pelo Plenário, de acordo com uma Resolução criada no dia 08 de maio. Se essa Resolução foi aprovada pelo Plenário e se a de terça-feira tiver sido submetida também ao Plenário e à anuência dos Deputados, certamente, eu não tenho competência para passar por cima do Plenário. Fica a decisão de não criarmos a Comissão para analisar o Projeto e, informo, também, que esse projeto não veio em regime de urgência, é um projeto de tramitação normal.

Aproveitando a ocasião, deixo um abraço especial a todas as mães desta Casa, às minhas parceiras de trabalho, as quais nos ajudam, fazem este Poder funcionar e merecem o respeito irrestrito da minha parte. Quero levar o meu abraço no dia das mães a todas as mães da Assembleia Legislativa e estender esse abraço a todas as mães do Estado que merecem o nosso respeito.

E, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 15, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 15/05/12



# PROCON

## ASSEMBLEIA



# A Voz do Consumidor

**proconassembleia@al.rr.gov.br**  
**Fone: (95) 4009-5614**